

**PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO
GESTÃO DE RISCOS**

Circular 3.477 do Banco Central do Brasil, de 24 de Dezembro de 2009

1. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Grupo Crédit Agricole Brasil mantém o valor de Patrimônio de Referência (PR) apurado nos termos da Resolução 3.444 do Conselho Monetário Nacional, de 28 de Fevereiro de 2007, observando sua adequação aos riscos das atividades desenvolvidas, tanto para o conglomerado financeiro quanto para o consolidado econômico-financeiro.

A gestão do Patrimônio de Referência (PR) é de responsabilidade do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro, acompanhada pela permanente vigilância exercida pela área de *Finance*.

O valor do Patrimônio de Referência (PR) deve ser superior ao valor do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

O Patrimônio de Referência (PR) também deve ser suficiente para fazer face ao risco das taxas de juros das operações não incluídas na Carteira de Negociação, calculadas de acordo com a Circular 3365 do Banco Central do Brasil, de 12 de Setembro de 2007, que dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.

O valor do Patrimônio de Referência (PR) consiste no somatório do Nível I e Nível II do capital.

- O Nível I do Patrimônio de Referência (PR) é composto por ações ordinárias e preferenciais.
- O Nível II do Patrimônio de Referência (PR) é composto por instrumento de dívida subordinada emitido em dólar, acrescido de *libor* trimestral e juros fixos, sendo o pagamento de juros trimestral e o vencimento da dívida em 25 de Maio de 2015.

As tabelas a seguir demonstram a evolução do Patrimônio de Referência (PR) do Grupo Crédit Agricole Brasil.

em R\$

CONGLOMERADO FINANCEIRO	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PATRIMÔNIO REFERÊNCIA	393.720.251,17	776.262.887,96	770.315.064,96	800.712.171,31	763.085.898,97	767.875.703,44	774.305.924,89	787.718.696,17
Patrimônio de Referência Nível I	376.305.197,71	758.418.289,46	754.133.415,46	785.204.535,55	749.768.746,52	754.852.503,44	761.823.524,89	776.597.096,17
Patrimônio Líquido	376.440.796,26	752.013.248,22	756.015.306,37	774.635.587,53	749.849.007,63	749.865.403,34	761.891.958,94	761.891.958,94
Contas - Resultado Credoras	-	368.864.295,90	-	297.099.079,12	-	254.893.698,24	-	612.166.540,41
Contas - Resultado Devedoras	-	(362.301.462,91)	-	(284.471.214,44)	-	(249.828.812,25)	-	(597.402.320,97)
Reservas Especiais de Lucros - Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos	-	-	(1.903.925,52)	(1.903.925,52)	-	-	-	-
Ativo Permanente Diferido	(124.545,09)	(115.193,25)	(105.841,41)	(98.480,90)	(86.308,66)	(77.785,89)	(68.434,05)	(59.082,21)
Ajuste Mercado – TVM e Instrumento Financeiro Derivativos	(11.053,46)	(42.598,50)	127.876,02	(56.510,24)	6.047,55	-	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	17.415.053,46	17.844.598,50	16.181.649,50	15.507.635,76	13.317.152,45	13.023.200,00	12.482.400,00	11.121.600,00
Instrumentos de Dívida Subordinada	17.404.000,00	17.802.000,00	14.405.600,00	13.547.200,00	13.323.200,00	13.023.200,00	12.482.400,00	11.121.600,00
Reservas Especiais de Lucros - Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos	-	-	1.903.925,52	1.903.925,52	-	-	-	-
Ajuste Mercado – TVM e Instrumento Financeiro Derivativos	11.053,46	42.598,50	(127.876,02)	56.510,24	(6.047,55)	-	-	-

Em R\$

CONSOLIDADO ECONÔMICO FINANCEIRO	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PATRIMÔNIO REFERÊNCIA	393.720.251,18	776.262.887,96	770.315.064,96	800.655.661,07	787.566.915,99	767.875.708,35	774.305.925,11	787.718.696,17
Patrimônio de Referência Nível I	376.327.304,64	758.418.289,46	754.133.415,46	785.148.025,31	772.339.790,47	754.852.508,35	761.823.525,11	776.597.096,17
Patrimônio Líquido	386.124.960,95	752.013.248,22	744.153.468,56	774.635.587,53	774.735.609,13	749.865.402,44	749.865.403,34	761.891.958,94
Contas - Resultado Credoras	776.433.088,56	369.746.589,71	920.797.871,45	297.999.236,80	615.431.806,64	255.693.216,16	674.015.489,32	612.165.517,72
Contas - Resultado Devedoras	(786.117.253,24)	(363.183.756,72)	(908.936.033,64)	(285.371.372,12)	(615.837.391,12)	(250.628.324,36)	(661.988.933,50)	(597.401.298,28)
Reservas Especiais de Lucros - Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos	-	-	(1.903.925,52)	(1.903.925,52)	(1.903.925,52)	-	-	-
Ativo Permanente Diferido	(124.545,09)	(115.193,25)	(105.841,41)	(154.991,14)	(86.308,66)	(77.785,89)	(68.434,05)	(59.082,21)
Ajuste Mercado – TVM e Instrumento Financeiro Derivativos	11.053,46	(42.598,50)	127.876,02	(56.510,24)	-	-	-	-
Patrimônio de Referência Nível II	17.392.946,54	17.844.598,50	16.181.649,50	15.507.635,76	15.227.125,52	13.023.200,00	12.482.400,00	11.121.600,00
Instrumentos de Dívida Subordinada	17.404.000,00	17.802.000,00	14.405.600,00	13.547.200,00	13.323.200,00	13.023.200,00	12.482.400,00	11.121.600,00
Reservas Especiais de Lucros - Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos	-	-	1.903.925,52	1.903.925,52	1.903.925,52	-	-	-
Ajuste Mercado – TVM e Instrumento Financeiro Derivativos	(11.053,46)	42.598,50	(127.876,02)	56.510,24	-	-	-	-

2. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGÍVEL (PRE)

A apuração, controle e monitoramento do Patrimônio de Referência Exigível (PRE) é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do Grupo Crédit Agricole Brasil, composta dos seguintes departamentos:

- Análise de Riscos de Crédito.
- Controle de Riscos de Crédito.
- Risco de Mercado.
- Controles Permanentes & Risco Operacional.

O Patrimônio de Referência Exigível (PRE) é obtido através do somatório das parcelas de riscos, conforme estabelecido na Resolução 3490 do Conselho Monetário Nacional, de 29 de Agosto de 2007.

PRE = PEPR + PCAM + PCOM + PACS + PJUR (representado através de PJUR1 a PJUR4) + POPR, sendo:

- PEPR: parcela resultante do risco de crédito.
- PCAM: parcela que compõe o risco de mercado, resultante da exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial.
- PCOM: parcela que compõe o risco de mercado, resultante da oscilação dos preços das mercadorias.
- PACS: parcela que compõe o risco de mercado, resultante da oscilação dos preços das ações.
- PJUR1: exposição sujeita à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real.
- PJUR2: exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras.
- PJUR3: exposições sujeitas à variação da taxa de cupons de índices de preços.
- PJUR4: exposição sujeitas à variação da taxa de cupons de taxas de juros.
- POPR: parcela resultante dos riscos operacionais

em R\$

CONGLOMERADO FINANCEIRO	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PRE	168.265.269,10	144.291.094,87	176.087.771,29	209.099.632,28	216.215.425,90	216.812.522,04	232.114.458,39	240.478.939,03
PEPR	132.945.340,44	127.069.013,69	157.990.967,07	192.327.772,72	200.334.719,81	197.489.246,85	214.137.183,21	218.103.065,77
PCAM (*)	23.792.000,00	-	-	-	-	-	-	-
PJUR1	15.191,33	1.064.036,76	1.047.209,93	812.000,00	258.000,00	942.000,00	503.000,00	1.561.000,00
PJUR2	1.140.599,21	2.691.117,66	3.582.667,54	1.950.000,00	1.614.000,00	2.782.000,00	1.875.000,00	3.661.000,00
PJUR3	-	-	-	-	-	-	-	-
PJUR4	-	-	-	-	-	-	-	-
PCOM	-	-	-	-	-	-	-	-
PACS	-	-	-	-	-	-	-	-
POPR	10.372.138,12	13.466.926,76	13.466.926,76	14.009.859,56	14.009.859,56	15.599.275,18	15.599.275,18	17.153.873,27

(*) Conforme Instrução de Preenchimento do relatório de Demonstrativos de Limites Operacionais, quando a parcela PCAM é inferior a 5% do PR, não compõe a base do Patrimônio de Referência Exigível (PRE).

em R\$

CONSOLIDADO ECONÔMICO-FINANCEIRO	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PRE	167.980.673,74	142.177.120,55	176.916.059,93	206.183.912,84	215.497.098,08	216.293.604,22	231.944.754,94	240.574.771,11
PEPR	131.785.666,85	123.838.380,74	157.702.597,07	189.256.050,19	199.459.235,43	196.806.689,48	213.803.840,19	218.042.894,76
PCAM (*)	23.792.000,00	-	-	-	-	-	-	-
PJUR1	15.191,33	1.064.036,76	1.047.209,93	812.000,00	258.000,00	942.000,00	503.000,00	1.561.000,00
PJUR2	1.140.599,21	2.691.117,66	3.582.667,54	1.950.000,00	1.614.000,00	2.782.000,00	1.875.000,00	3.661.000,00
PJUR3	-	-	-	-	-	-	-	-
PJUR4	-	-	-	-	-	-	-	-
PCOM	-	-	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDADO ECONÔMICO-FINANCEIRO	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PACS	-	-	-	-	-	-	-	-
POPR	11.247.216,35	14.583.585,39	14.583.585,39	14.165.862,65	14.165.862,65	15.762.914,74	15.762.914,74	17.309.876,35

(*) Conforme Instrução de Preenchimento do relatório de Demonstrativos de Limites Operacionais, quando a parcela PCAM é inferior a 5% do PR, não compõe a base do Patrimônio de Referência Exigível (PRE).

A parcela PBAN representa o resultado do cálculo do valor do Capital para cobertura de taxa de juros das operações não incluídas na Carteira de Negociação.

PARCELA PBAN	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
CONGLOMERADO FINANCEIRO	56.018,00	884.000,00	2.705.413,96	1.935.527,97	1.468.762,66	3.139.563,31	1.611.910,01	586.276,18
CONSOLIDADO ECONÔMICO-FINANCEIRO	56.018,00	884.000,00	2.705.413,96	1.935.527,97	1.468.762,66	3.139.563,31	1.611.910,01	586.276,18

3. ADEQUAÇÃO DO PR E DO PRE

A adequação do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao Patrimônio de Referência Exigível (PRE) é uma responsabilidade compartilhada entre o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro, por meio das informações fornecidas pela área de *Finance* e da Diretoria de Riscos. Os assuntos relevantes são abordados em Reunião de Diretoria, com frequência semanal.

em R\$

CONGLOMERADO FINANCEIRO	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PR	393.720.251,17	776.262.887,96	770.315.064,96	800.712.171,31	763.085.898,97	767.875.703,44	774.305.924,89	787.718.696,17
PRE	168.265.269,10	144.291.094,87	176.087.771,30	209.099.632,28	216.216.579,37	216.812.522,04	232.114.458,39	240.478.939,03
PBAN	56.018,00	884.000,00	2.705.413,96	1.935.527,97	1.468.762,66	3.139.563,31	1.611.910,01	586.276,18

em R\$

CONSOLIDADO ECONÔMICO FINANCEIRO	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PR	393.720.251,18	776.262.887,96	770.315.064,96	800.655.661,07	787.566.915,99	767.875.708,35	774.305.925,11	787.718.696,17
PRE	167.980.673,74	142.177.120,55	176.916.059,93	206.183.912,84	215.497.098,08	216.293.604,22	231.944.754,94	240.574.771,11
PBAN	56.018,00	884.000,00	2.705.413,96	1.935.527,97	1.468.762,66	3.139.563,31	1.611.910,01	586.276,18

O Grupo Crédit Agricole Brasil apresenta um Patrimônio de Referência (PR) satisfatório que cobre adequadamente os riscos de suas operações, conforme demonstrado pelo Índice da Basiléia.

Em R\$

ÍNDICE DA BASILÉIA	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
CONGLOMERADO ECONÔMICO	25,74%	59,18%	48,12%	42,12%	38,82%	38,96%	36,69%	36,03%
CONSOLIDADO ECONÔMICO-FINANCEIRO	25,78%	60,06%	47,90%	42,72%	40,20%	39,05%	36,72%	36,02%

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - RISCO DE CRÉDITO

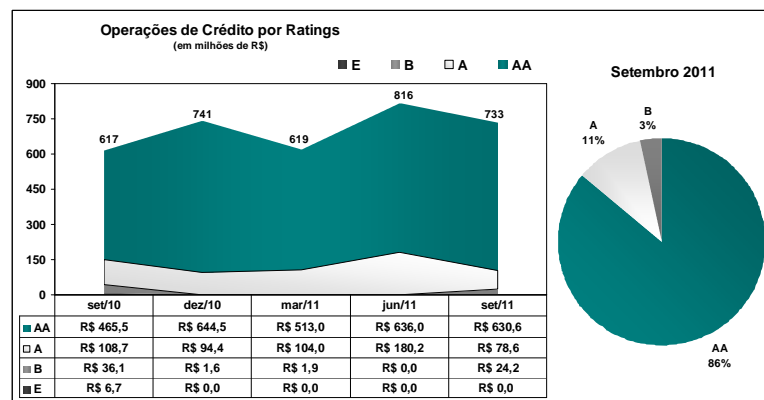
O Grupo Crédit Agricole Brasil implementou uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito em conformidade com a Resolução 3721 do Conselho Monetário Nacional, de 30 de Abril de 2009, que abrange as áreas de Análise de Riscos de Crédito e Controle de Riscos de Crédito. A descrição dos objetivos, políticas de gerenciamento de riscos, estratégias e processos utilizados, constam no documento denominado Risco de Crédito, disponível na *internet*, no endereço: <http://www.ca-cib.com.br/riscos.aspx>.

Parcela de Capital Alocado Risco de Crédito em R\$

PARCELA PEPR	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
CONGLOMERADO FINANCEIRO	132.945.340,44	127.069.013,69	157.990.967,07	192.327.772,72	200.334.719,81	197.489.246,85	214.137.183,21	218.103.065,77
CONSOLIDADO ECONÔMICO-FINANCEIRO	131.785.666,85	123.838.380,74	157.702.597,07	189.256.050,19	199.459.235,43	196.806.689,48	213.803.840,19	218.042.894,76

4.1. CARTEIRA DE CRÉDITO POR CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS (“Rating”)

Após aumento na carteira de crédito entre Março de 2011 e Junho de 2011, a carteira de crédito do CA Brasil apresentou uma diminuição no terceiro trimestre de 2011, no entanto, percebe-se um aumento de exposição classificada como “AA” na carteira, de 78% em Junho de 2011 para 86% em Setembro de 2011. Ao fim do terceiro trimestre de 2011, a carteira somava R\$ 733 milhões (-10% em relação ao trimestre anterior e +19% em relação ao ano anterior), dos quais 86% da exposição era classificada como “AA”, 11% como “A” e 3% classificada como “B”, de acordo com a escala de risco do Banco Central do Brasil.



4.2. CARTEIRA DE CRÉDITO POR FATOR DE PONDERAÇÃO DE RISCOS (“FPR”)

Em termos de Fatores de Ponderação de Risco (“FPR”) conforme definição nos artigos 10 a 16 da Circular 3.360 do Banco Central do Brasil, na data de 30 de Setembro de 2011, a Carteira de Crédito do CA Brasil está totalmente concentrada em FPR de 100%.

(em milhões de R\$)

Operações de Crédito	set/10	dez/10	mar/11	jun/11	set/11
TOTAL	R\$ 611,6	R\$ 737,1	R\$ 616,5	R\$ 812,8	R\$ 730,0
<i>media do trimestre</i>	<i>R\$ 592,2</i>	<i>R\$ 711,3</i>	<i>R\$ 703,2</i>	<i>R\$ 791,8</i>	<i>R\$ 782,1</i>

Operações de Crédito	set/10	dez/10	mar/11	jun/11	set/11
TOTAL	R\$ 611,6	R\$ 737,1	R\$ 616,5	R\$ 812,8	R\$ 730,0
FPR de 20%	-	-	-	-	-
FPR de 35%	-	-	-	-	-
FPR de 50%	-	-	-	-	-
FPR de 75%	-	-	-	-	-
FPR de 100%	R\$ 611,6	R\$ 737,1	R\$ 616,5	R\$ 812,8	R\$ 730,0

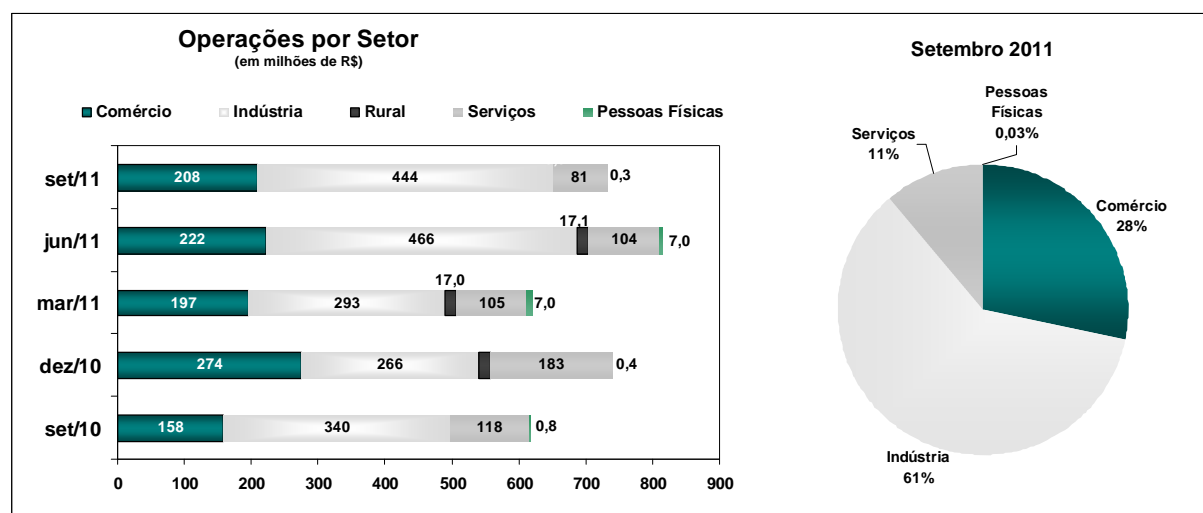
Nota: Valores líquidos de Provisões e não incluindo Rendimentos a Receber de Adiantamentos sobre Contratos de Cambio (ACC)

4.3. CARTEIRA DE CRÉDITO POR PAÍSES E REGIÕES GEOGRÁFICAS

Historicamente, a carteira de crédito do CA Brasil é concentrada na região sudeste do Brasil e em 30 de Setembro de 2011, 100% da carteira de crédito estava concentrada nesta região.

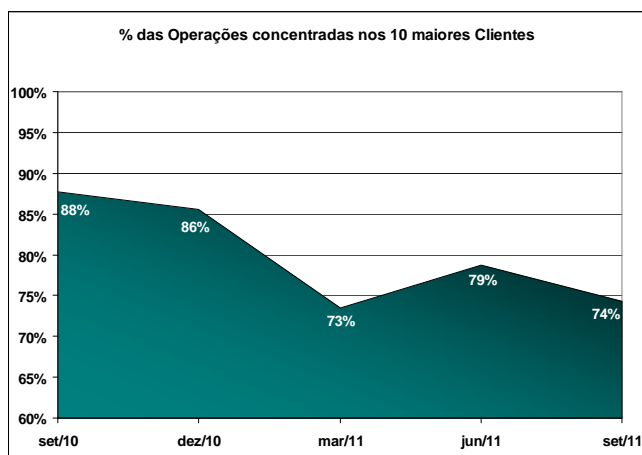
4.4. CARTEIRA DE CRÉDITO POR SETOR ECONÔMICO

Ao final de Setembro de 2011, cerca de 61% dos clientes possuíam atividades industriais, aumentando a concentração da carteira no setor, enquanto que o restante da carteira de crédito estava dividida nos seguintes: 28% no comércio, 11% em serviços e menos de 1% da exposição do CA Brasil era relacionada a pessoas físicas e entidades rurais.



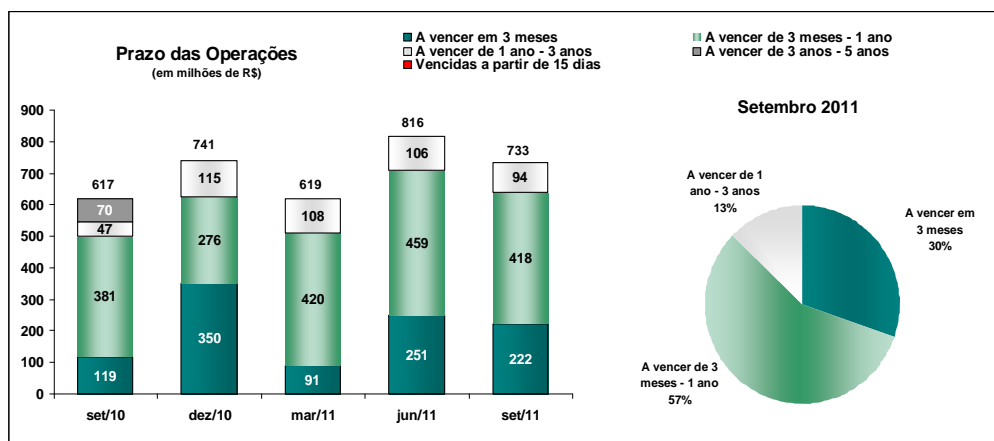
4.5. PARTICIPAÇÃO DOS 10 MAIORES CLIENTES

Após uma intensificação da concentração dos dez maiores clientes na carteira de crédito durante segundo trimestre de 2011, tal concentração foi reduzida no terceiro trimestre de 2011. Em Setembro de 2011, a exposição com estes clientes era de aproximadamente R\$ 545 milhões e representava 74% do total da carteira de crédito, apresentando uma redução, quando comparada a 79% em Junho de 2011.



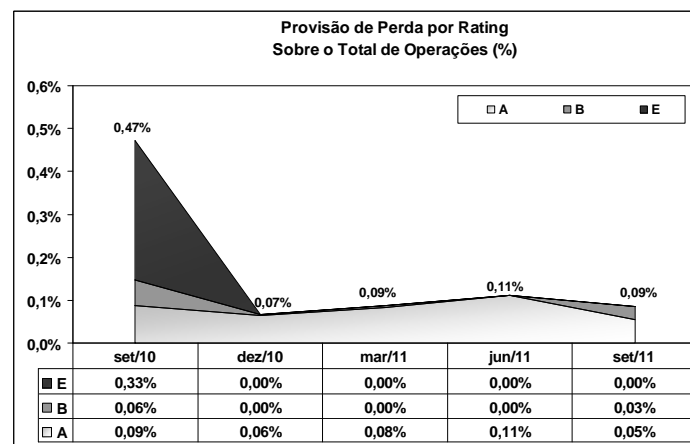
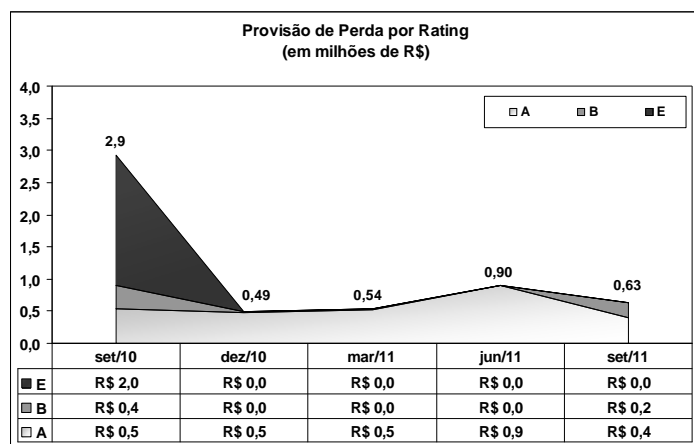
4.6. CARTEIRA DE CRÉDITO POR VENCIMENTOS / OPERAÇÕES EM ATRASO

Historicamente, a maior parte das operações da carteira de crédito do CA Brasil apresenta vencimentos de curto prazo (até 360 dias). Em Setembro de 2011, aproximadamente 87% do total da carteira possuía vencimentos de até 1 ano (87% no trimestre anterior e 81% no ano anterior) e o restante dos vencimentos (13% da carteira de crédito) de 1 a 3 anos. Nota-se que, a partir de Dezembro de 2010, não houve operações com vencimentos de 3 a 5 anos, ressaltando a característica de curto prazo da carteira de crédito do CA Brasil.



4.7. PROVISÕES PARA DEVEDORES DUVIDOSOS (PDD)

As provisões para devedores duvidosos foram reduzidas no último trimestre de 2010, como resultado do fim de exposição classificada como “E” na carteira de crédito do CA Brasil, seguindo a classificação de risco do Banco Central do Brasil. Durante o ano de 2011, o CA Brasil vem mantendo um nível baixo de provisionamento e, em Setembro de 2011, as provisões totalizavam cerca de R\$ 630 mil (aprox. R\$ 900 mil no trimestre anterior e R\$ 2,9 milhões no ano anterior). Mesmo com o reaparecimento de exposição classificada como “B”, segundo a escala de risco do Banco Central do Brasil, as provisões ainda representam aproximadamente 0.09% do total da carteira (0.11% no trimestre anterior e 0.47% no ano anterior).



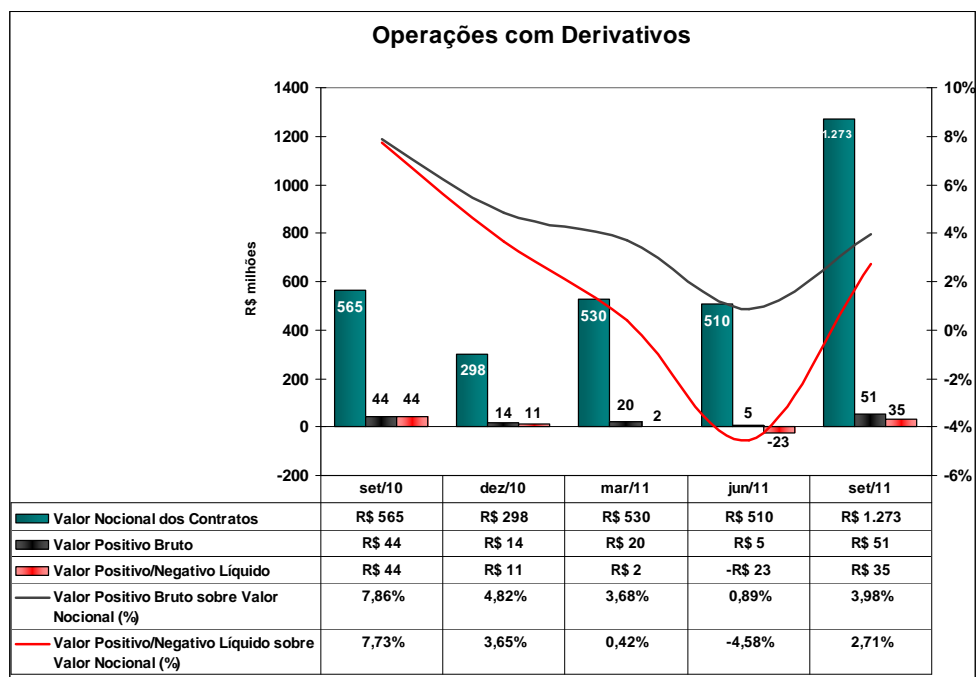
Ressalta-se que no ano de 2010 e no primeiro semestre de 2011 não houveram operações baixadas para prejuízo.

4.8. INSTRUMENTOS MITIGADORES DE RISCO DE CRÉDITO

A Carteira de Crédito do CA Brasil não apresentava, em 30 de Setembro de 2011, instrumentos mitigadores conforme definição nos artigos 20 a 22 da Circular 3.360 do Banco Central do Brasil.

4.9. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

Em Setembro de 2011, os contratos em aberto de operações de derivativos com clientes com o intuito de proteção (“hedge”) somava cerca de R\$ 1.273 milhões em Valores de Nocial, gerando um Valor Positivo Bruto Total (marcação a mercado) de R\$ 51 milhões e um Valor Positivo Líquido de R\$ 35 milhões – equivalente a 4% e 2,7%, respectivamente, do Valor de Nocial Total. A totalidade destes contratos era sem garantias, e as câmaras de compensação não atuavam como contraparte central.



* Nota: o Valor Positivo “Bruto” dos contratos de derivativos desconsidera os valores positivos relativos a acordos de compensação, enquanto que o Valor Positivo “Líquido” dos contratos de derivativos considera os valores positivos relativos a acordos de compensação

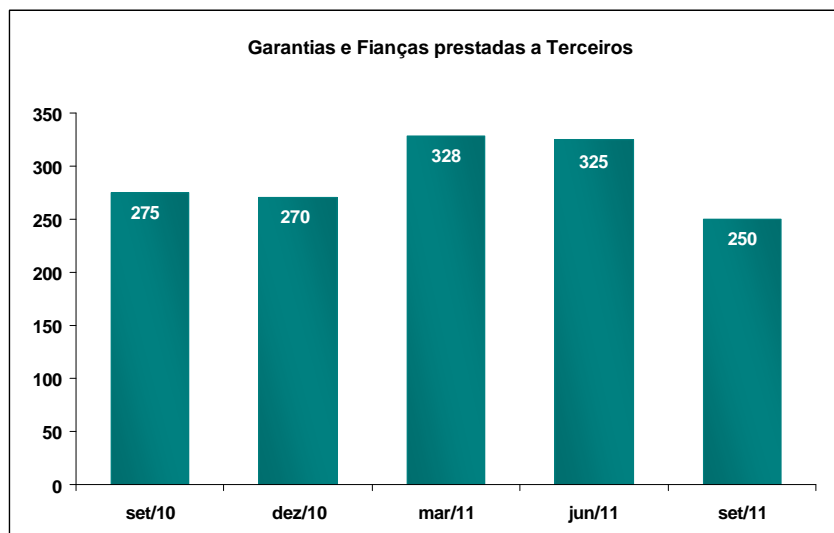
Salienta-se que entre Setembro de 2010 e Setembro de 2011 o CA Brasil não possuía operações a liquidar, empréstimos de ativos ou operações compromissadas, nem tanto derivativos de crédito.

4.10. CESSÃO DE CRÉDITOS

Em 30 de Setembro de 2011, o CA Brasil não possuía operações de venda ou transferência de ativos financeiros, nem tanto operações com Títulos ou Valores Mobiliários (“TVM”) oriundos de processo de securitização, incluindo aquelas estruturadas por meio de derivativos de crédito.

4.11. GARANTIAS E FIANÇAS PRESTADAS A TERCEIROS

Após atingir um montante de mais de R\$ 325 milhões durante o primeiro semestre de 2011, a carteira de garantias e fianças prestadas a terceiros do CA Brasil foi reduzida durante o terceiro trimestre de 2011, para R\$ 250 milhões em 30 de Setembro de 2011 (-30% em relação ao trimestre anterior e -9% em relação ao ano anterior).



5. GERENCIAMENTO DE RISCOS - RISCO DE MERCADO

O Grupo Crédit Agricole Brasil implementou uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado em conformidade com a Resolução 3464 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de Setembro de 2006, sob a responsabilidade da área de Risco de Mercado.

A descrição dos objetivos, políticas de gerenciamento de riscos, estratégias e processos utilizados, constam no documento denominado Risco de Mercado, disponível na *internet*, no endereço:

<http://www.ca-cib.com.br/riscos.aspx>

Em R\$

CONGLOMERADO FINANCEIRO	Dez-2009	Mar-2010	Jun-2010	Set-2010	Dez-2010	Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PCAM	23.792.000,00	-	-	-	-	-	-	-
PJUR1	15.191,33	1.064.036,76	1.047.209,93	812.000,00	258.000,00	942.000,00	503.000,00	1.561.000,00
PJUR2	1.140.599,21	2.691.117,66	3.582.667,54	1.950.000,00	1.614.000,00	2.782.000,00	1.875.000,00	3.661.000,00
PJUR3	-	-	-	-	-	-	-	-
PJUR4	-	-	-	-	-	-	-	-
PCOM	-	-	-	-	-	-	-	-
PACS	-	-	-	-	-	-	-	-

PBAN	56.018,00	884.000,00	2.705.413,96	1.935.527,97	1.468.762,66	3.139.563,31	1.611.910,01	586.276,18
-------------	-----------	------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------

Em R\$

CONSOLIDADO ECONÔMICO FINANCEIRO	Dez-2009	Mar-2010	Jun-2010	Set-2010	Dez-2010	Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
PCAM	23.792.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
PJUR1	15.191,33	1.064.036,76	1.047.209,93	812.000,00	258.000,00	942.000,00	503.000,00	1.561.000,00
PJUR2	1.140.599,21	2.691.117,66	3.582.667,54	1.950.000,00	1.614.000,00	2.782.000,00	1.875.000,00	3.661.000,00
PJUR3	-	-	-	-	-	-	-	-
PJUR4	-	-	-	-	-	-	-	-
PCOM	-	-	-	-	-	-	-	-
PACS	-	-	-	-	-	-	-	-

PBAN	56.018,00	884.000,00	2.705.413,96	1.935.527,97	1.468.762,66	3.139.563,31	1.611.910,01	586.276,18
-------------	-----------	------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------

5.1. METODOLOGIA DE APURAÇÃO

Os valores das parcelas do PRE originadas a partir de exposições a fatores de risco de mercado são apuradas em conformidade com os respectivos normativos do Banco Central do Brasil.

O Grupo Crédit Agricole Brasil, ao longo do período em referência, contém exposições apenas nos fatores de exposição cambial (componente PCAM), taxa de juros pré-fixada (componente PJUR1) e cupom cambial (componente PJUR2). Portanto, as normas utilizadas para o cálculo dos resultados são :

- PCAM - Exposição Cambial – Resolução 3.389
- PJUR1 - Taxa de Juros Pré - Fixada – Resoluções 3.388, 3.498 e 3.361
- PJUR2 - Taxa de Juros Cupom Cambial – Resoluções 3.388, 3.498 e 3.362

Tais resoluções explicitam o modelo utilizado para o cálculo das parcelas específicas que são consideradas para o cálculo do PRE e índice de Basiléia (IB), em conformidade com as Resoluções 3.490 e 3.464.

O Grupo Crédit Agricole Brasil não possui exposições aos demais fatores considerados no cálculo do PRE e IB, a saber, PJUR3 e PJUR4, que expressam a exposição aos fatores Cupons de Inflação e Cupons de Taxas de Juros respectivamente. Também não possui exposição a qualquer fator de risco relacionado a ações.

Toda e qualquer nova estratégia de negócios, incluindo a utilização de instrumentos mitigadores de risco, é submetida a um comitê local de novas atividades e produtos (NAP). Novas atividades são todas aquelas que envolvam a criação de novos centros de custo, novos segmentos de mercado ou que necessitem de uma equipe especializada e/ou novas implementações de sistemas dedicados.

O monitoramento contínuo da efetividade dos instrumentos de mitigação segue os seguintes princípios:

- Limites de Mercado.
- Monitoramento dos Riscos de Mercado.

Limites de Riscos de Mercado – Após a aprovação em NAP de uma determinada atividade, com todos os aspectos comerciais, jurídicos e operacionais esclarecidos, um conjunto de limites de risco de mercado é estabelecido. Estes limites devem contemplar todas as possíveis fontes de risco financeiro, tais como descasamentos de prazo, moeda e taxas de juros. O processo de determinação dos limites é iniciado pelo Grupo Crédit Agricole Brasil, sendo recomendado pelo Comitê de Risco de Mercado, seguindo por outras instâncias apropriadas a nível regional e global até sua definitiva aprovação.

Alterações nos conjuntos de limites, tais como aumento ou redução dos mesmos ou criação de novos limites para riscos antes não monitorados em atividades já existentes, também estão sujeitos ao mesmo fluxo.

Monitoramento dos Riscos de Mercado – Uma vez estabelecidos os limites para determinada atividade, passa-se para a etapa de monitoramento, que, de uma forma mais ampla, envolve não apenas o monitoramento diária do conjunto de limites, mas também a realização periódica de comitês de risco de mercado, a revisão frequente do conjunto de limites para que a instituição possa se adequar a mudanças no cenário econômico e/ou permitir o crescimento dos negócios, além da realização de testes de aderência como o *back-testing*, para a avaliação dos modelos de risco à realidade dos negócios. O resultado do monitoramento diário é extensivamente divulgado para diversas instâncias do Grupo Crédit Agricole.

Comitê de Risco de Mercado – Sua principal missão abrange a revisão e análise dos riscos de mercado e, principalmente, sua evolução, assegurando a aderência aos indicadores, limites e regras específicas de gerenciamento dos riscos de mercado, além de supervisão dos modelos de cálculo de riscos e os resultados apurados pela área de Mercado de Capitais.

5.2. SISTEMAS

Todas as informações utilizadas para os cálculos das parcelas de risco de mercado são obtidas através de sistemas responsáveis pela marcação a mercado das posições do Grupo Crédit Agricole Brasil.

O fluxo operacional envolve a captura de parâmetros de mercado como taxas de câmbio e estruturas a termo de taxas de juros, captura de posições, alimentação dos mesmos nos sistemas e processamento do mesmo.

Esse fluxo é realizado diariamente visando a atender as diretrizes do Banco Central do Brasil e as normas internas do Grupo Crédit Agricole, no que diz respeito à divulgação diária de resultado e risco gerenciais.

5.3. EXPOSIÇÃO CAMBIAL (PCAM)

A exposição cambial do Grupo Crédit Agricole Brasil mantém-se reduzida de acordo com a estratégia de negócios adotada. Grande parte da exposição nas moedas USD e EUR resulta de eventuais descasamentos inerentes as atividades da instituição.

Os próprios limites internos do Grupo Credit Agricole não permitem elevadas exposições cambiais, e dessa forma a exposição resultante de qualquer negócio realizado com clientes deve ser imediatamente zerado utilizando os instrumentos disponíveis no mercado. Alguns produtos oferecidos pelo banco aos clientes que geram exposição cambial são:

ACC (adiantamento de contrato de câmbio) - Geralmente a instituição trabalha com os recursos em dólares fornecidos através de linhas intra-grupo. A exposição cambial é zerada de maneira geral utilizando o mercado interbancário de câmbio.

NDF (venda ou compra de moeda a termo, com liquidação em reais), EUR e USD - A mitigação da exposição cambial é geralmente feita utilizando instrumentos derivativos padronizados na BMF para o mercado interbancário.

SWAPs de taxa de juros envolvendo variação cambial em uma das pernas - A mitigação da exposição cambial é feita de maneira semelhante aos NDFs.

Câmbio pronto (USD e EUR) - A mitigação da exposição cambial é geralmente feita no mercado interbancário de câmbio pronto.

Naturalmente, as operações de mitigação feitas com o mercado não estão incluídas na lista acima uma vez que não podem ser oferecidos a clientes.

A mensuração do risco de taxa de juros para fins regulamentares obedece os modelos paramétricos fornecidos pelo BACEN para taxas de juros pré - fixadas e cupom cambial.

5.4. EXPOSIÇÃO A TAXA DE JUROS PRÉ-FIXADA (PJUR)

O Grupo Crédit Agricole Brasil utiliza para o cálculo do VAR, um modelo histórico com janela de 252 DU e horizonte de 1 DU, para fins de controle interno.

A instituição também utiliza medidas de sensibilidade a taxas de juros para verificar a conformidade com os limites internos estabelecidos pelo departamento de risco de mercado.

5.5. EXPOSIÇÃO A TAXA DE JUROS PRÉ-FIXADA (PJUR1)

A Exposição a taxas PRE na instituição pode variar principalmente em função do apetite e perspectiva de alterações futuras na estrutura a termo de taxa de juros. Dessa forma, o Grupo Crédit Agricole Brasil pode eventualmente se posicionar em partes diferentes da estrutura a termo de acordo com as expectativas em relação às mesmas. Existem limites internos de prazo e sensibilidades para tais exposições.

A grande parte da exposição a taxas pré-fixadas se refere à aplicação do capital do banco, que de acordo com as normas ALM internas ao Grupo, deve ser efetuadas em taxas de juros pré-fixadas de 3 meses. É possível verificar esse fato se observarmos que houve um aumento repentino dessa exposição no 1º trimestre de 2010 em relação a 2009, uma vez que o capital da instituição foi significativamente aumentado através de aporte do acionista.

Exposições residuais também podem se originar com os produtos oferecidos rotineiramente pela instituição.

Swaps de taxas de juros em reais - Uma taxa pós-fixada é negociada (em geral, a taxa de depósitos interfinanceiros registrados na CETIP, CDI-CETIP) contra uma taxa pré-fixada. A mitigação da exposição resultante é geralmente feita através de operações em mercados futuros de juros na BMF.

Empréstimos pré-fixados em reais - A mitigação é feita através de operações em mercados futuros de juros na BMF ou através de swaps com outros bancos.

5.6. EXPOSIÇÃO A TAXA DE JUROS CUPOM CAMBIAL (PJUR2)

A exposição a taxas de Cupom Cambial varia principalmente em função do apetite e perspectiva de alterações futuras na estrutura a termo de taxa de juros Cupom Cambial. Grande parte da exposição ao cupom cambial é gerada a partir de posições vendidas em câmbio pronto casadas com posições compradas no mercado de dólar futuro e cupom cambial, estratégia conhecida como arbitragem, que tem como objetivo o ganho com o movimento das taxas de cupom cambial (taxa *onshore*).

5.7. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO POR FATOR DE RISCO RELEVANTE

Vide abaixo um comparativo trimestral das diferentes parcelas de risco de mercado que compõem o capital regulatório, PCAM, PJUR1 e PJUR2.

em R\$ 000

	Parcela do EC do PLE/PJUR	Valor médio dos últimos 60 dias	Valor da parcela PJUR[1] do PRE	ECEL[2]	ECDV[2]	ECDHDZ[2]	ECDHEZ[2]	Valor da Parcela PJUR[2] do PRE
31-dez-09	15.19	15.19	51.19	714.85	387.35	38.4	-	1140.6
31-mar-10	1064.04	1064.04	1064.04	2384.24	283.87	23.01	-	2691.12
30-jun-10	1047.21	1047.21	1047.21	2393.23	689.43	-	-	3582.67
30-set-10	643.86	438.87	811.9	1539.85	410.01	-	-	1949.87
31-dez-10	142.49	257.75	257.75	1113.69	466.76	28.11	4.54	1613.09
31-mar-11	30.28	480.50	941.78	2102.86	631.52	47.30	-	2781.68
30-jun-11	66.10	167.83	503.50	1066.38	782.74	25.03	1.42	1875.57
30-set-11	1699.72	269.27	1560.84	393.57	3211.62	33.67	20.93	3659.80

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS - RISCO OPERACIONAL

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais encontra-se implementada no Grupo Crédit Agricole Brasil, em conformidade com a Resolução 3380 do Conselho Monetário Nacional, de 29 de Junho de 2006.

A área de Controles Permanentes & Risco Operacional é a responsável pelo controle, monitoramento e reporte dos riscos operacionais.

A descrição dos objetivos, políticas de gerenciamento de riscos, estratégias e processos utilizados, constam no documento denominado Risco Operacional, disponível na *internet*, no endereço: <http://www.ca-cib.com.br/riscos.aspx>.

A parcela de capital destinado ao risco operacional (POPR) é calculado pelo Grupo Crédit Agricole Brasil com base na metodologia da Abordagem do Indicador Básico (BIA), conforme previsto na Circular 3383 do Banco Central do Brasil, de 30 de Abril 2008.

A metodologia da Abordagem do Indicador Básico (BIA) apura o cálculo para o risco operacional através da média do resultado bruto positivo dos últimos 3 anos (6 semestres), com a aplicação do percentual fixo de 15%.

PARCELA POPR	31-Dez-2009	31-Mar-2010	30-Jun-2010	30-Set-2010	31-Dez-2010	31-Mar-2011	30-Jun-2011	30-Set-2011
CONGLOMERADO FINANCEIRO	10.372.138,12	13.466.926,76	13.466.926,76	14.009.859,56	14.009.859,56	15.599.275,18	15.599.275,18	17.153.873,27
CONSOLIDADO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11.247.216,35	14.583.585,39	14.583.585,39	14.165.862,65	14.165.862,65	15.762.914,74	15.762.914,74	17.309.876,35

O total de perdas operacionais incorridas em 2010 encontra-se muito abaixo parcela de capital alocada ao risco operacional (POPR). Cumpre ressaltar que este padrão é semelhante aos dos anos anteriores. Portanto, concluímos que a parcela POPR é satisfatória considerando a atual complexidade de nossas operações e a infra-estrutura instalada para seu controle.